



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ ESTADO DE MATO GROSSO



## PROJETO DE LEI Nº 002, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

**Autoria:** Mesa Diretora.

“Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 828, de 05 de maio de 2015, e dá outras providências”.

**OSVALDO CORREIA**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º** Fica alterado o caput do art. 1º, da Lei Municipal nº 828, de 05 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o pagamento de verba indenizatória aos vereadores, pelo exercício da atividade parlamentar, no valor de R\$ 2.893,00 (dois mil oitocentos e noventa e três reais) e para o vereador na função de Presidente no valor de R\$ 3.254,00 (três mil duzentos e cinquenta e quatro reais).

**Art. 2º** Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 828, de 05 de maio de 2015, permanecem inalterados.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ ESTADO DE MATO GROSSO**



**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações “Carlos Manoel Martins Esteves”, em 06 de novembro de 2024.

**OSVALDO CORREIA**  
Presidente

**SIMONE ALVES DOS SANTOS ALMEIDA**  
Vice-Presidente

**EDMAR MARQUES LEITE**  
1º Secretário

**JEAN CARLOS CANDIDO VASCONCELOS**  
2º Secretário



## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ ESTADO DE MATO GROSSO



### JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

**Senhores Vereadores,**

Apresentamos a esta colenda Casa de Leis, para o devido estudo e deliberação, propositura que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 828/2015, que disciplina o pagamento de verba indenizatória pelo exercício de atividade parlamentar na municipalidade.

A mutação legislativa objetiva atender ao recomendado pela Controladoria Interna deste Poder Legislativo, que, por meio da Orientação Técnica nº. 001/2024, indicou a necessidade de adequar o montante recebido à título de verba indenizatória, de modo que não exceda o patamar de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do subsídio.

Isso porque, os valores atualmente pagos alcançam os percentuais de 69,89% (sessenta e nove vírgula oitenta e nove por cento) e 69,96% (sessenta e nove vírgula noventa e seis por cento) sobre os subsídios dos Vereadores e Presidente, respectivamente.

Referida orientação está fundamentada no entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que, em julgamento de diversas ações diretas de inconstitucionalidade<sup>1</sup>, tem decidido pela limitação supracitada, a fim de atender aos princípios da legalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.

<sup>1</sup> Alto Araguaia - TJ-MT 10157259720218110000 MT, Relator: ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, Data de Julgamento: 20/10/2022, Órgão Especial, Data de Publicação: 27/10/2022.  
Barra do Bugres - TJ-MT 10140933620218110000 MT, Relator: MARIA APARECIDA RIBEIRO, Data de Julgamento: 11/08/2022, Órgão Especial, Data de Publicação: 16/08/2022.  
Nortelândia - TJ-MT 10188463620218110000 MT, Relator: CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Data de Julgamento: 19/05/2022, Órgão Especial, Data de Publicação: 26/05/2022.  
Sinop - TJ-MT 10163888020208110000 MT, Relator: CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Data de Julgamento: 22/04/2021, Órgão Especial, Data de Publicação: 12/05/2021.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ ESTADO DE MATO GROSSO**



Neste sentido, esta Mesa Diretora, no âmbito de promover uma gestão responsável e eficiente, encaminha referida propositura para análise e pede deliberação favorável de Vossas Excelências.

Plenário das Deliberações “Carlos Manoel Martins  
Esteves”, em 06 de novembro de 2024.

**OSVALDO CORREIA**

Presidente

**SIMONE ALVES DOS SANTOS ALMEIDA**

Vice-Presidente

**EDMAR MARQUES LEITE**

1º Secretário

**JEAN CARLOS CANDIDO VASCONCELOS**

2º Secretário